



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
Secretaria Municipal de Administração e Inovação Tecnológica - Diretoria de Núcleo de Contratos
Declaro para atender ao que dispõe no artigo 94 da Lei n.º 14.133/21 que o resumo do contrato firmado entre o Município de Alagoins foi publicado na Imprensa Oficial DOM e PNCP em 11 / 05 / 2026
VSR-13116
DIRETORIA DE NÚCLEO DE CONTRATOS (Serviços e Matrícula)

TERMO ADITIVO N.º 011/2026 – SEDUC.

TERMO ADITIVO Nº 001 A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DE Nº 063/2025, FIRMADO PELO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS E COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO LITORAL NORTE E AGRESTE DE ALAGOINHAS – BAHIA.

O **MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Praça Graciliano Freitas, s/nº, CEP: 48000-901, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.646.005/0001-38, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, a **Sra. RITA DE CÁSSIA BASTOS DE CARVALHO**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 375.129.***-20 e portadora da cédula de identidade sob o nº 282894390 SSP/BA, doravante denominado **CONTRATANTE** e **COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO LITORAL NORTE E AGRESTE DE ALAGOINHAS – BAHIA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.183.625/0001-12, localizada na Rua Castro Leal, nº 135, Casa da Cidadania, Sala 02, Centro, Alagoins/BA, CEP: 48.005-180, sendo representada pela **Sra. JANETE DE JESUS NASCIMENTO SANTOS**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 034.***.***-30, portadora do RG sob o nº 10.015.801-33 SSP/BA, doravante denominado **CONTRATADA**, ajustam a celebração do presente termo aditivo referente ao contrato nº 063/2025, firmado pelas partes aqui qualificadas em 30 de abril de 2025, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por escopo prorrogar o prazo de vigência do referido contrato, conforme Processo Administrativo nº 4858/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

De acordo o art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica prorrogada a vigência desta avença, passando a mesma a vigorar a partir do dia **30 de abril de 2026 até 29 de outubro de 2026**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO SALDO CONTRATUAL

Segundo informações inseridas no PRDC (Pedido de Realização de Despesa e Contratação) pela Secretaria solicitante, o valor do Saldo Contratual é de **R\$ 1.017.893,95 (um milhão, dezessete mil, oitocentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta do orçamento vigente no Exercício/2026, do Município de Alagoins – Bahia, através da seguinte classificação orçamentária:

SECRETARIA	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
SEDUC	2.043	3.3.90.30	500/552

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no contrato referido neste Termo Aditivo, que não colidam com as disposições deste instrumento.

Por estarem justos e acordados, firmam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Alagoins, 29 abril de 2026.

RITA DE CÁSSIA BASTOS DE CARVALHO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATANTE



COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO LITORAL NORTE E AGRESTE DE ALAGOINHAS – BAHIA
CONTRATADA



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E ECONOMIA SOLIDARIA DO LITORAL NORTE E AGRESTE DE ALAGOINHAS - BAHIA**

CPF/CNPJ: **06.183.625/0001-12**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 13:40:18 do dia 08/05/2026, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: QM61080526134018

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E ECONOMIA SOLIDARIA DO LITORAL NORTE E AGRESTE DE ALAGOINHAS - BAHIA**

CPF/CNPJ: **06.183.625/0001-12**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 13:41:20 do dia 08/05/2026, com validade até o dia 07/06/2026.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: P6XSF4InwzVZTXCw7XSh

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (08/05/2026 às 13:41) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 06.183.625/0001-12.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 69FE.1243.E2A2.E499 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Tem por escopo a prorrogação de prazo de vigência do Contrato de fornecimento de link assimétrico n° 041/2025. – Data de Assinatura: 03/04/2026.

Termo Aditivo n.º 010/2026 - SEDUC – Contratante: O Município de Alagoinhas – Contratada: **P ALVES CONSULTORIA E SERVIÇO LTDA** – Fundamento Legal: Art. 57, II da Lei Federal n.º 8.666/93. – Tem por escopo a prorrogação de prazo de vigência do Contrato de empresa para a modernização da gestão da informação n° 018/2023. – Data de Assinatura: 13/04/2026.

Termo Aditivo n.º 011/2026 - SEDUC – Contratante: O Município de Alagoinhas – Contratada: **COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E ECONOMIA SOLIDARIA DO LITORAL NORTE E AGRESTE DE ALAGOINHAS** – Fundamento Legal: Art. 111 Lei Federal n.º 14.133/2021. – Tem por escopo a prorrogação de prazo de vigência do Contrato de aquisição de gêneros alimentícios n° 063/2025. – Data de Assinatura: 29/04/2026.

Termo Aditivo n.º 012/2026 - SEDUC – Contratante: O Município de Alagoinhas – Contratada: **JUSCILENE DE JESUS RIBEIRO** – Fundamento Legal: Art. 57, II da Lei Federal n.º 8.666/93. – Tem por escopo a prorrogação de prazo de vigência do Contrato de locação de imóvel n° 171/2022. – Data de Assinatura: 24/04/2026.

Termo Aditivo n.º 013/2026 - SEDUC – Contratante: O Município de Alagoinhas – Contratada: **BATISTA NERES EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA** – Fundamento Legal: Art. 65, I, §1º da Lei Federal n.º 8.666/93. – Tem por escopo a prorrogação de prazo de vigência do Contrato de prestação de serviços do transporte escolar n° 103/2024. – Data de Assinatura: 30/04/2026.

Termo Aditivo n.º 014/2026 - SEDUC – Contratante: O Município de Alagoinhas – Contratada: **INSTITUTO PROATIVA DE GESTÃO EDUCACIONAL - IPGE** – Fundamento Legal: Art. 111 da Lei Federal n.º 14.133/2021. – Tem por escopo a prorrogação de prazo de vigência do Contrato de contratação de entidade sem fins lucrativos para processo seletivo n° 020/2026. – Data de Assinatura: 17/04/2026.

Termo Aditivo n.º 008/2026 - SEMAN – Contratante: O Município de Alagoinhas – Contratada: **GOLDMAN SOLUÇÕES EM SANEAMENTO LTDA** – Fundamento Legal: Arts. 124, I, "b" e 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021. – Tem por escopo a prorrogação do prazo de vigência e supressão do valor do Contrato de prestação de serviços manutenção preventiva n° 034/2025. – Data de Assinatura: 01/04/2026.